

Aula 10A
40A Mirando

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1930 – 1999

CURSO ON-LINE

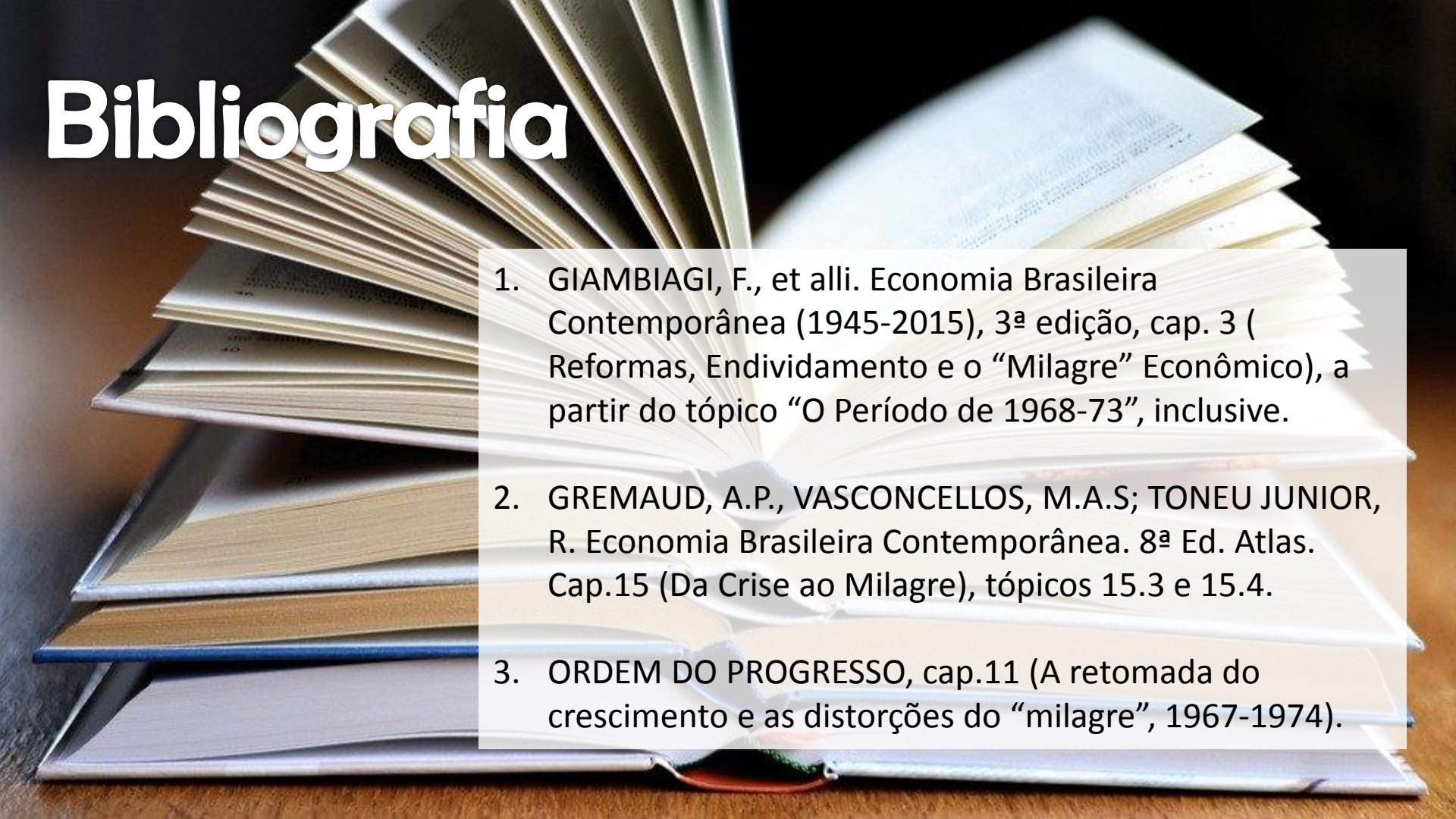


4.5.4 A importância das reformas do PAEG para a retomada do crescimento em 1968.

4.6 A retomada do crescimento 1968-1973.

4.6.1 Causas do "Milagre Econômico"

Bibliografia



1. GIAMBIAGI, F., et alli. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015), 3ª edição, cap. 3 (Reformas, Endividamento e o “Milagre” Econômico), a partir do tópico “O Período de 1968-73”, inclusive.
2. GREMAUD, A.P., VASCONCELLOS, M.A.S; TONEU JUNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea. 8ª Ed. Atlas. Cap.15 (Da Crise ao Milagre), tópicos 15.3 e 15.4.
3. ORDEM DO PROGRESSO, cap.11 (A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1974).

Resumo aula 9





1964-73 foi período de continuidade política e econômica. Governo Castello Branco conta com a equipe Campos-Bulhões para conduzir a economia. 1964-67 foram marcados pela adoção do PAEG e reformas estruturais. A inflação era diagnosticada como sendo provocada por déficits do governo e pressões salariais.

O período de 1964 a 1973 foi considerado de continuidade política e econômica (Castello Branco/Costa e Silva/ Médici), graças ao regime de exceção.

A equipe econômica do governo Castello Branco foi formada por Octavio Gouveia de Bulhões (Fazenda) e Roberto Campos (Planejamento), economistas de perfil ortodoxo que se mantiveram até o fim do governo Castello Branco.

Os principais **objetivos de política econômica** foram: combate gradual à inflação; expansão das exportações e retomada do crescimento. De 1964 a 1967, graças ao desequilíbrio interno e externo, foram adotadas políticas restritivas. De 1967 em diante, a prioridade foi o crescimento.

O período de 1964 a 1967 foi marcado pela implementação do PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo e pelas reformas estruturais. A economia teve crescimento médio de 4,2% a.a.

Roberto Campos apresenta relatório no início de 1964, intitulado A Crise Brasileira e Diretrizes de Recuperação Econômica. Considerava que os déficits do governo e as pressões salariais eram as responsáveis pela inflação existente. Os déficits requeriam expansão dos meios de pagamento, que sancionam aumentos de salário.



A partir da identificação das causas da inflação, foram adotadas duas linhas centrais para superação da crise: plano para combate à inflação e reformas de estrutura - PAEG. Os objetivos principais do PAEG eram acelerar o crescimento, conter a inflação, reduzir desníveis regionais, melhorar o emprego, corrigir os déficits do BP. Para isso, seriam usados instrumentos na área monetária, tributária, salarial e no comércio exterior.

Foram adotadas **duas linhas centrais para superação da crise: um plano de emergência**, para combater a inflação (PAEG) e **as reformas de estrutura**, principalmente a fiscal e a financeira.

Causas tradicionais da inflação brasileira: déficits públicos, expansão de créditos às empresas e aumentos de salários em proporção maior ao aumento da produtividade.

Objetivos do PAEG: a) Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico (interrompido em 1963); b) conter o processo inflacionário durante 64 e 65 e atingir razoável equilíbrio de preços em 66; c) atenuar desníveis econômicos setoriais e regionais; d) assegurar oportunidades de emprego; e) corrigir a tendência aos déficits descontrolados do Balanço de Pagamentos.

Instrumentos de ação do PAEG: a) política monetária; b) política tributária; c) redução de déficit do governo; d) política de investimentos públicos; e) política bancária; f) política econômica internacional (política cambial e de comércio exterior; consolidação da dívida externa; estímulo à entrada de capitais estrangeiros; estímulo à cooperação técnica e financeira); g) política salarial; h) outras (agrária, habitacional e educacional).



A política salarial do PAEG foi marcada pela definição de regras de reajuste que tiveram como resultado a perda real do valor do salário real. Criação do FGTS como forma de poupança compulsória, substituindo o regime de estabilidade.

Política Salarial do PAEG – propostas principais: a) manter a **participação dos assalariados no produto nacional**; impedir que os reajustes salariais realimentem a inflação; corrigir distorções salariais (principalmente entre os servidores públicos federais).

A Circular 10, de 1965 do Gabinete Civil, determinou a forma de **reajuste salarial da Administração Pública Federal** (recomendado aos outros níveis de governo): salário médio real dos últimos 24 meses deveria ser restabelecido e sobre ele, incidir a taxa de produtividade; deveria ser acrescentada a metade da inflação prevista para o ano seguinte (resíduo inflacionário); os reajustes seriam **anuais**.

Como uma lei salarial como essa foi aceita pela sociedade? Atividades sindicais reprimidas; greves em atividades *essenciais* proibidas; governo decidia o que era *essencial*; barganha dos sindicatos anulada. **Resultado:** o salário mínimo real sofreu **redução** no período.

FGTS (1964): substituiu o regime de estabilidade no emprego (dava estabilidade a empregados com mais de 10 anos de serviço no mesmo estabelecimento e era entendido como um entrave ao aumento do emprego). Era um fundo formado por depósitos mensais equivalente à época a 8% dos salários nominais. Com ele, as empresas poderiam demitir a qualquer momento e os trabalhadores poderiam ter seus recursos liberados em caso de demissão ou situações especiais, como a compra de imóveis.



Reforma Tributária do PAEG – Objetivos e Medidas adotadas.

Inflação corretiva.

Objetivos da Reforma tributária do PAEG: aumentar arrecadação; racionalização; c) antes: “inflação corretiva” – medidas para eliminar as distorções de preços que se haviam acentuado na inflação da década anterior.

Medidas: a) uso da **rede bancária** para arrecadação; b) **extinção do imposto do selo** (federal), sobre profissões e diversões públicas (municipal); c) **criação do ISS** (imposto sobre serviços) – municipal; d) substituição do imposto estadual sobre vendas (sobre faturamento) pelo **ICM** (sobre circulação de mercadorias – incidente sobre o valor adicionado); e) ampliação da base de incidência do IRPF; f) **criação de mecanismos de isenção e incentivos** a atividades prioritárias (definidas como tal pelo governo); g) **criação do FPEM** - Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Inflação corretiva: As tarifas de serviços públicos são aumentadas drasticamente, gerando impacto inflacionário no curto prazo, mas eficiente na eliminação gradual dos déficits em vários setores, como o de transporte. Reduziu-se, assim, a necessidade de subsídios do governo.



A reforma foi regressiva e centralizadora e resultou em aumento da carga tributária. A Reforma Financeira tinha por objetivo complementar o SFH e constituir um segmento privado de longo prazo. Criação do Banco Central. SFH.

Resultados da reforma tributária: a) aumento da carga tributária (de 16% para 21% do PIB); b) regressividade da reforma (penalizou os mais pobres); c) centralização do poder de legislar sobre tributação.

Reforma financeira: tinha por objetivo complementar o Sistema Financeiro Brasileiro e constituir um segmento financeiro privado de longo prazo. Também, dotar o SFB de mecanismos de financiamento capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso de forma não-inflacionária

Novo Sistema Financeiro Nacional: CMN (Conselho Monetário Nacional), com funções normativas e reguladoras; Banco Central, com a função principal de executar a política monetária e financeira; Banco do Brasil, como banco comercial e agente financeiro do governo, principalmente para linhas de crédito de médio e longo prazos; BNDE, com financiamento seletivo de longo prazo para indústria e infraestrutura; bancos de desenvolvimento regionais e estaduais, com atuação semelhante à do BNDE; bancos comerciais, para fornecimento de capital de giro; bancos de investimento, para fornecimento de crédito de longo prazo no mercado primário de ações; sociedades de crédito, financiamento e investimento ("financeiras"), para financiamento direto ao consumidor; corretoras e distribuidora de valores, com atuação no mercado de ações.

SFH – Sistema Financeiro de Habitação: Instituição central: BNH. Composto pela CEF, caixas econômicas estaduais, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo.



Criação de mecanismos para proteção do retorno real dos ativos e incentivo à demanda: ORTN, Lei do Mercado de Capitais e resoluções do Bacen, reduções ou isenções de IR e indexação.

Enquanto a economia transitava para um **nível menor de inflação**, o governo criou mecanismos pra proteger o retorno real dos ativos e incentivar demanda. Os mecanismos foram:

ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) para os **títulos públicos** - instituiu **correção monetária** da dívida pública.

Lei do Mercado de Capitais (1965) e Resoluções do Bacen - autorizam emissão de instrumentos financeiros com correção monetária.

Reduções ou isenções do IR para empresas emissoras de ações e poupadores.

Criação de mecanismos de captação de longo prazo para bancos públicos.

Indexação dos instrumentos financeiros – criação de sistema pelo qual o principal e os juros sobre instrumentos da dívida seriam reajustados de acordo com a taxa de inflação. Inicialmente, aplicado sobre títulos públicos. A medida permitiu que o governo confiasse cada vez mais no financiamento não inflacionário do déficit orçamentário. Mais tarde, o instrumento foi usado em outros instrumentos financeiros. O BNH pôde emitir títulos indexados e indexou seus empréstimos. Outros usos da indexação: depósitos em poupança; associações de poupança e crédito imobiliário; dívidas corporativas.



Ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo, através da regulamentação da lei 4.131, para permitir captação direta de recursos externos por empresas, resolução 63, para permitir captação de empréstimos por banco e mudanças na lei para facilitar remessa de lucros.

AMPLIAÇÃO DO GRAU DE ABERTURA DA ECONOMIA AO CAPITAL EXTERNO através de 3 dispositivos: regulamentação da lei 4.131/62 para permitir a captação direta de recursos externos por empresas privadas nacionais; **resolução 63 do Bacen** – regulamenta a captação de empréstimos externos por bancos nacionais; **mudança na lei sobre investimentos estrangeiros**.
Objetivo: facilitar a remessa de lucros (tornando-nos mais atrativos).

Lei do mercado de capitais (1965) – melhora o cenário institucional, fortalecendo e aumentando o uso do mercado de ações.

Criação de muitos fundos especiais como complemento do BNDE para financiamento para pequenas e médias empresas brasileiras ou aquisições de bens de capital.

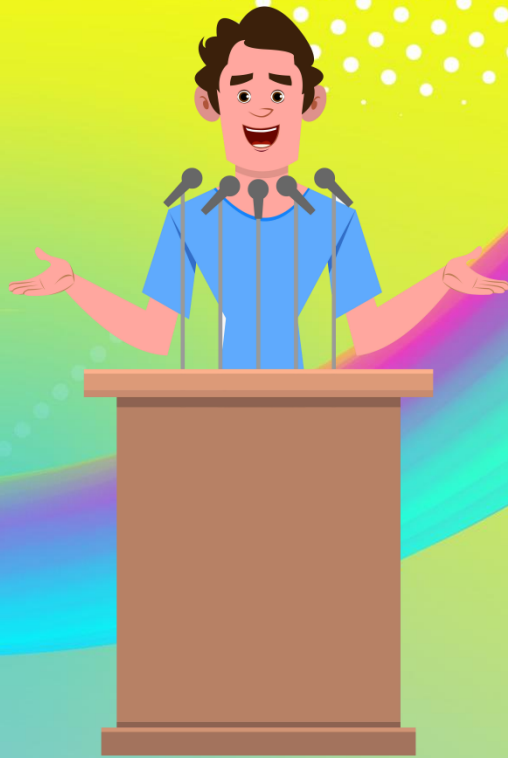
Grande parte dos recursos das instituições oficiais de crédito vinham do **sistema de poupança forçada** (fundos da Previdência, aposentadoria). A **poupança** era **totalmente indexada**.

64-67 – governo usa muito incentivos para influenciar alocação de recursos em regiões e setores.
Ex: Sudene – atração de investimentos ao nordeste e, posteriormente, à região da Amazonia.

Resultados: a contenção dos déficits do governo foi a política mais bem-sucedida. Já as políticas monetárias e de crédito ao setor privado foram instáveis, alternando períodos de maior e menor liquidez.

*Vamos continuar
de onde
paramos?*





1967: Entra Costa e Silva



1969: morre Costa e Silva

- *Transição junta militar*
- *Assume Emílio Garrastazu Médici*



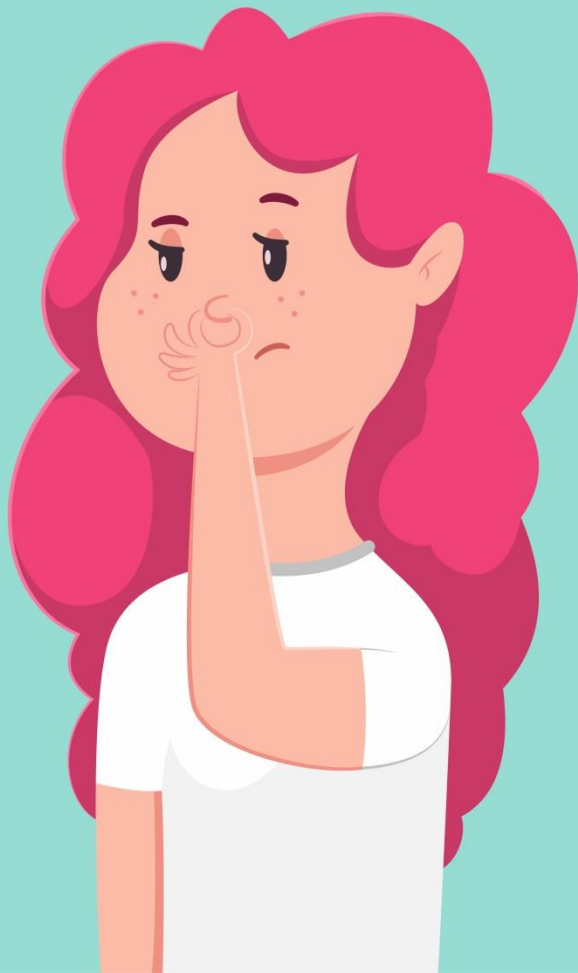
Os anos 67-73 podem ser vistos como *um único período* em
termos de política econômica.

A equipe que assume em 67
chega diante de uma

CRISE DE ESTABILIZAÇÃO!

O aperto monetário e creditício
tinha sido muito forte.



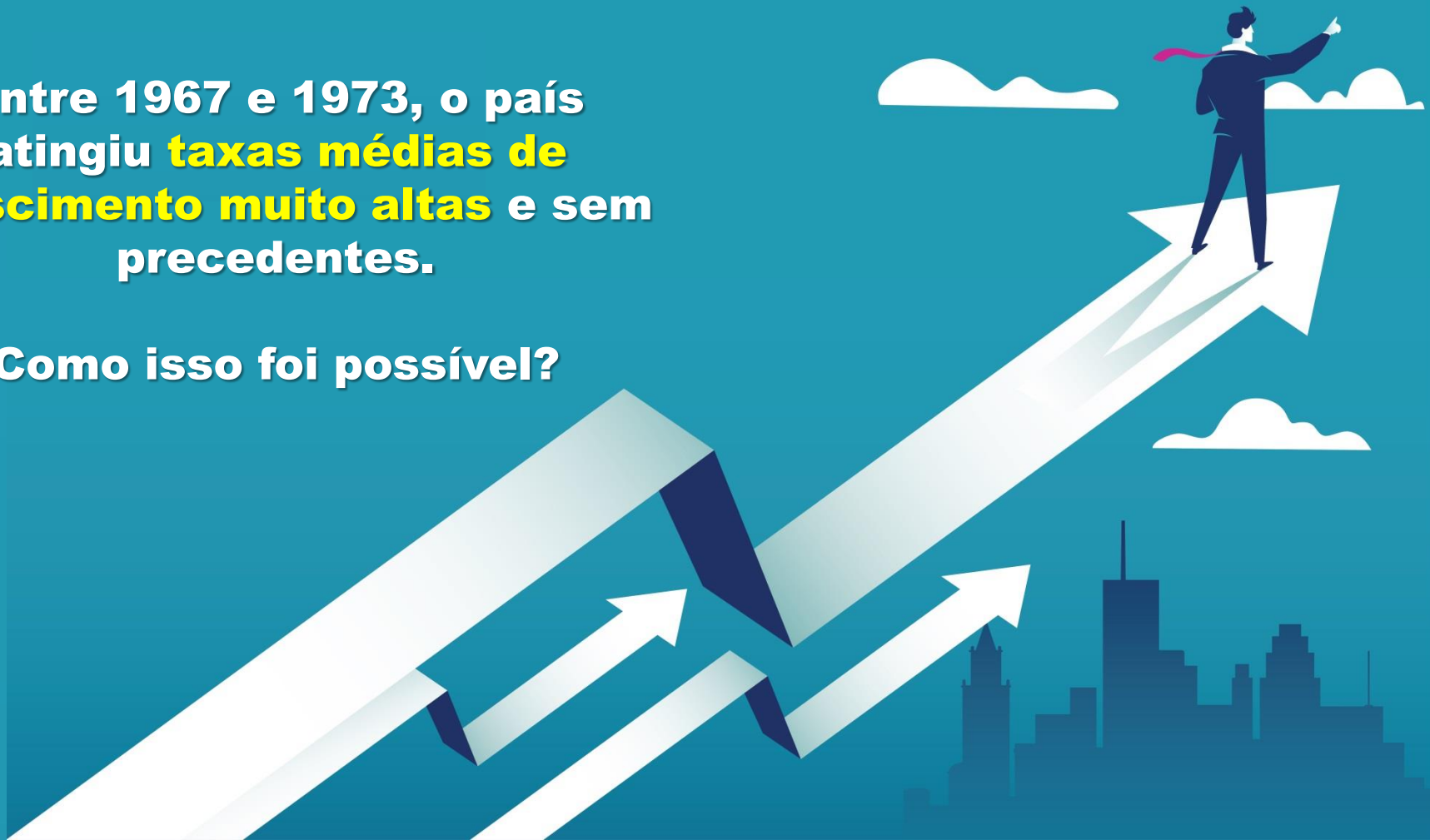


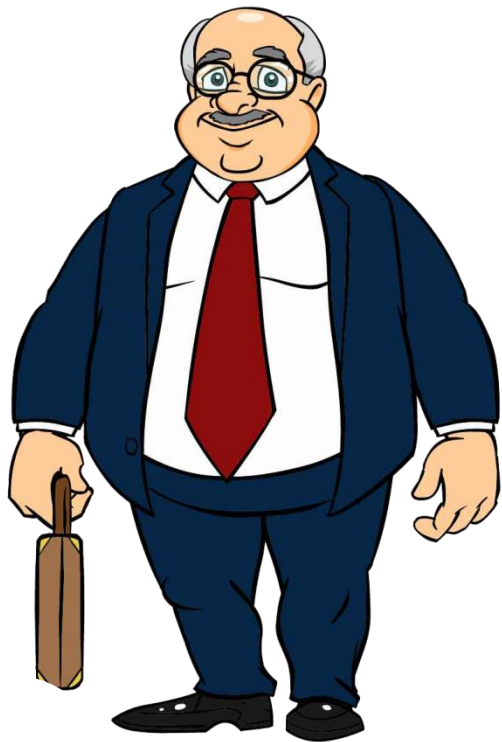
E a recessão trouxe algo de bom?

Trouxe mudanças profundas na condução da política econômica; restaurou a credibilidade e gerou impacto positivo em determinadas áreas.

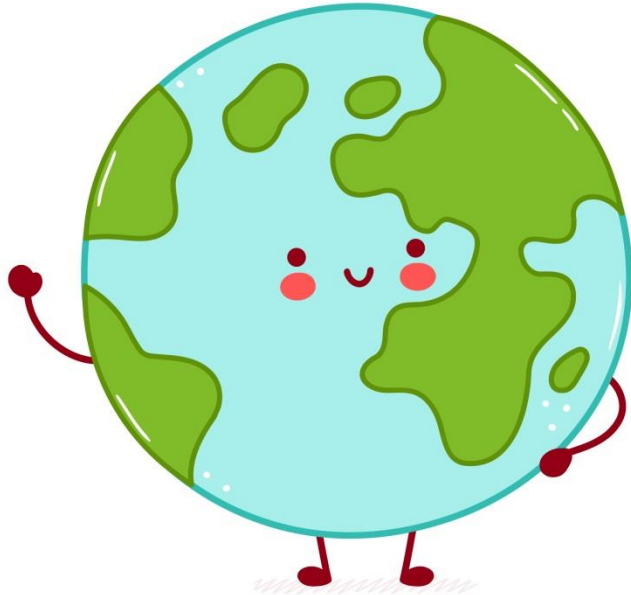
Entre 1967 e 1973, o país atingiu **taxas médias de crescimento muito altas** e sem precedentes.

Como isso foi possível?





Em parte, por causa da **política econômica** do Ministro Delfim Netto.



Em parte, por causa da
conjuntura internacional
muito favorável.



O “milagre” foi, de certa forma, o desdobramento das medidas do PAEG.

Equipe Econômica do governo Costa e Silva



Delfim Netto

Ministro da
Fazenda

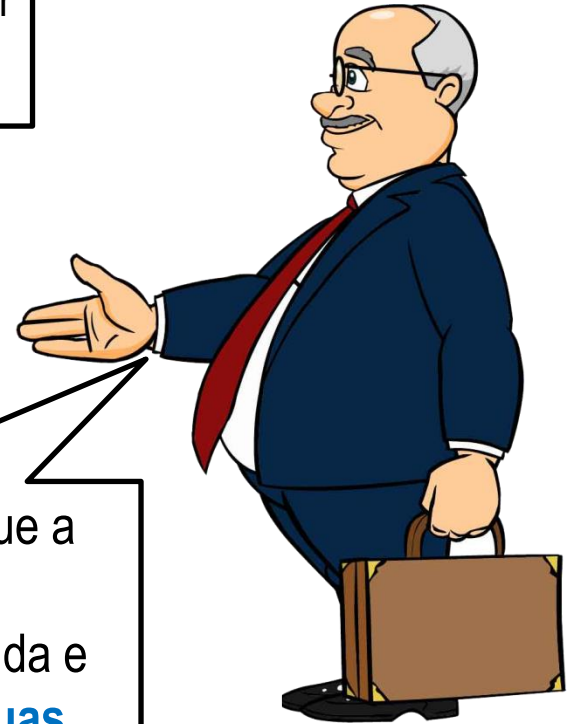


Hélio Brandão

Ministro do
Planejamento



Nossa origem é acadêmica. Nós reconhecemos que a gestão anterior fez vários progressos.



Sim. Nós entendemos que a inflação anterior era principalmente de demanda e que **já foi tratada em suas causas básicas.**



Entendemos que agora, a inflação é principalmente de **custos**. Nós queremos combatê-la, mas admitiremos o convívio com uma certa taxa. Nossa estratégia será **gradualista**.

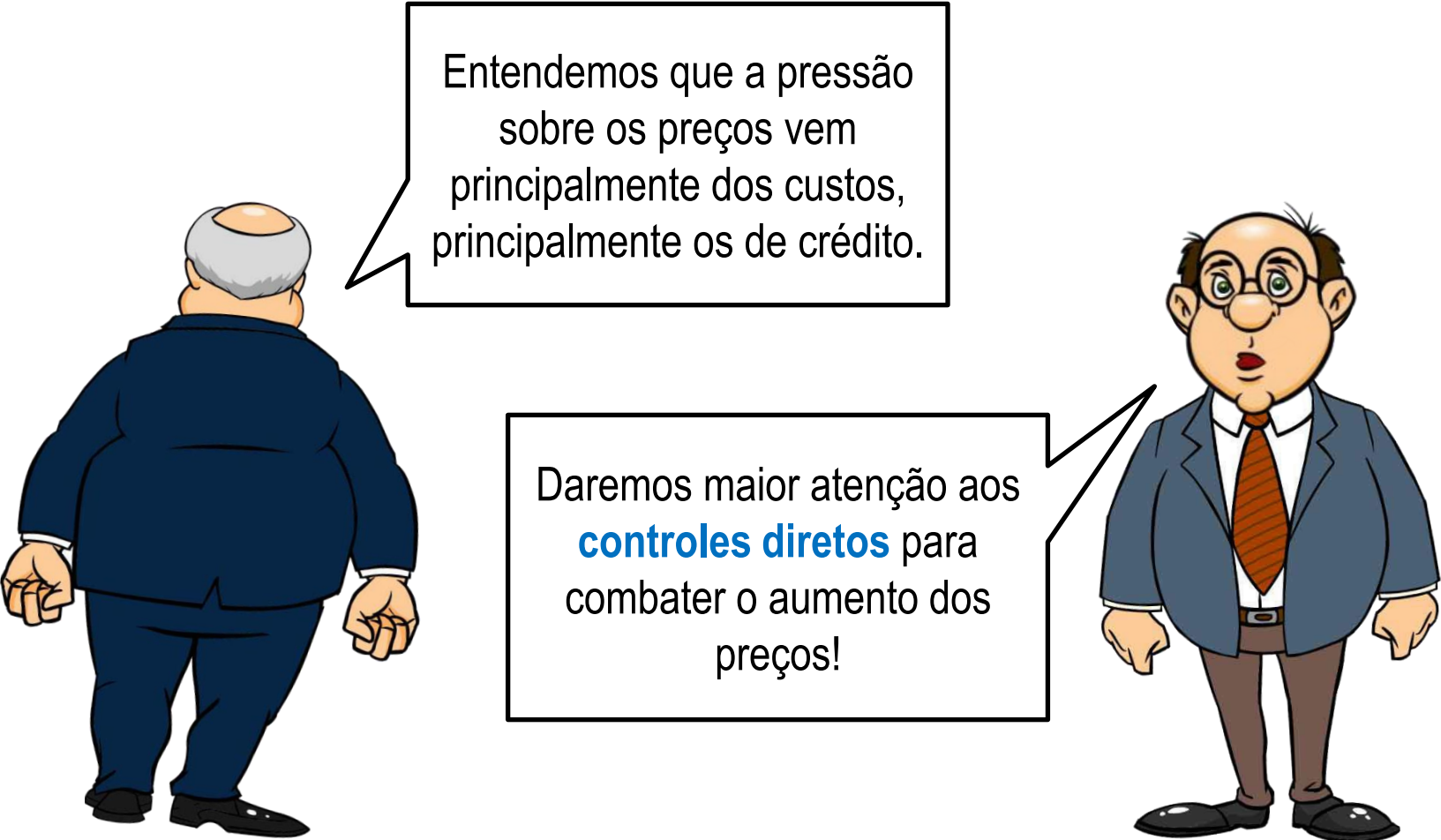


“O **novo diagnóstico** sugeria que a política anterior resultava em **diminuição do nível de atividade** da economia, que provocava **pressões de custos** que haviam **impedido** novas **quedas** significativas **da taxa de inflação.**”

Ordem do Progresso, p.236



Graças a este **novo diagnóstico**, afrouxaram-se as políticas de contenção da demanda (monetária, fiscal e creditícia), com exceção à política salarial, já que era considerada elemento de custo.

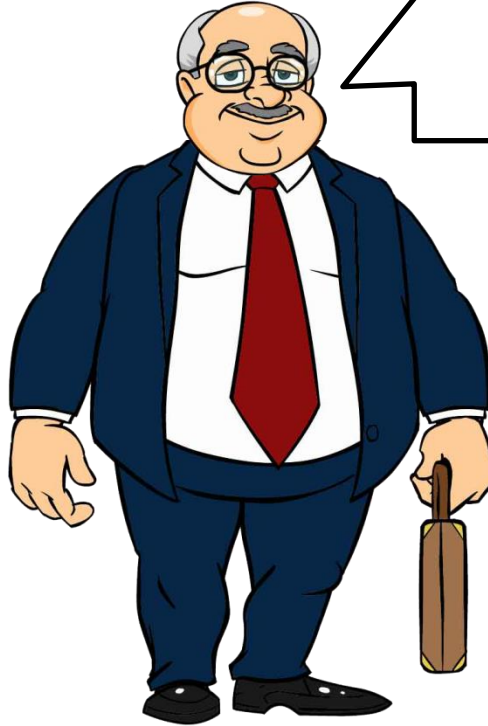


Entendemos que a pressão
sobre os preços vem
principalmente dos custos,
principalmente os de crédito.

Daremos maior atenção aos
controles diretos para
combater o aumento dos
preços!

**Controles
diretos de
preços?**





Os controles de preços permitirão compatibilizar uma **queda no ritmo de aumento dos preços** de forma **mais gradual** do que o que se intentava na administração anterior.

Assim, teremos **taxas de crescimento da produção e do emprego mais altas.**



E eu quero tanto **taxas de
crescimento da
produção e do emprego
mais altas...**



Baby can I hold you tonight

Teve início, assim, uma **política de controle de preços**, onde os reajustes deveriam ter **aprovação prévia do governo**, com base nas variações de custos.





**Para isso, foi
criado o CIP –
Conselho
Interministerial
de Preços, em
1968.**

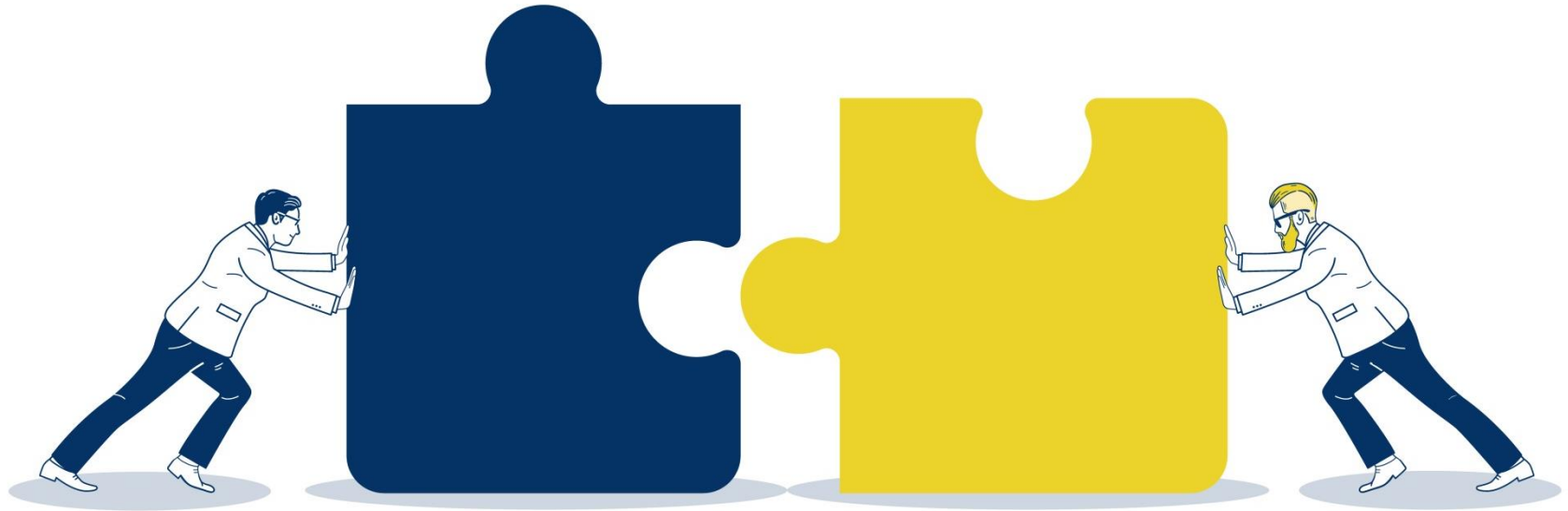
Como acelerar o crescimento?



Fase 1: melhor uso da capacidade existente

Fase 2: expansão da quantidade e melhoria da qualidade dos fatores de produção.

Estratégia anunciada pelo governo



1

Buscar o **crescimento econômico** promovido pelo aumento de **investimentos em setores diversificados**.



2

Diminuir o papel do setor público e **estimular uma maior presença do setor privado.**



3

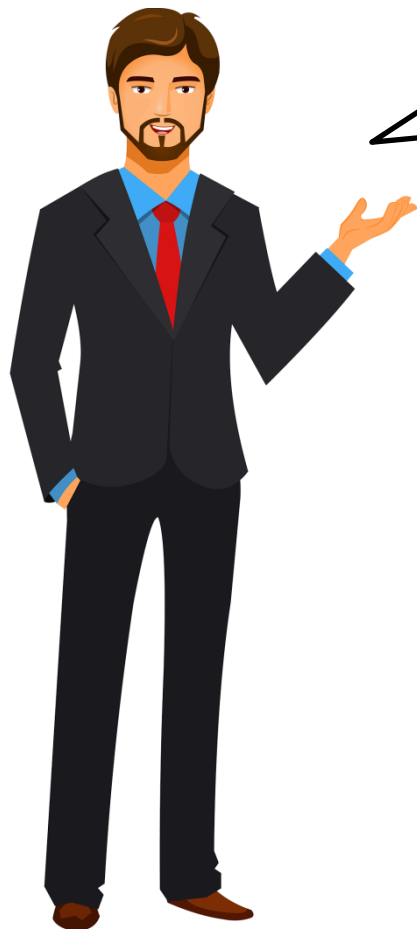
Incentivar a expansão do **comércio exterior**.



4

Priorizar o aumento da oferta de emprego.





Tais objetivos não tinham sido alcançados no governo Castello Branco. Isso motivou novos diagnósticos de alguns problemas remanescentes da economia.

O crescimento econômico era importante para **legitimar o regime**.

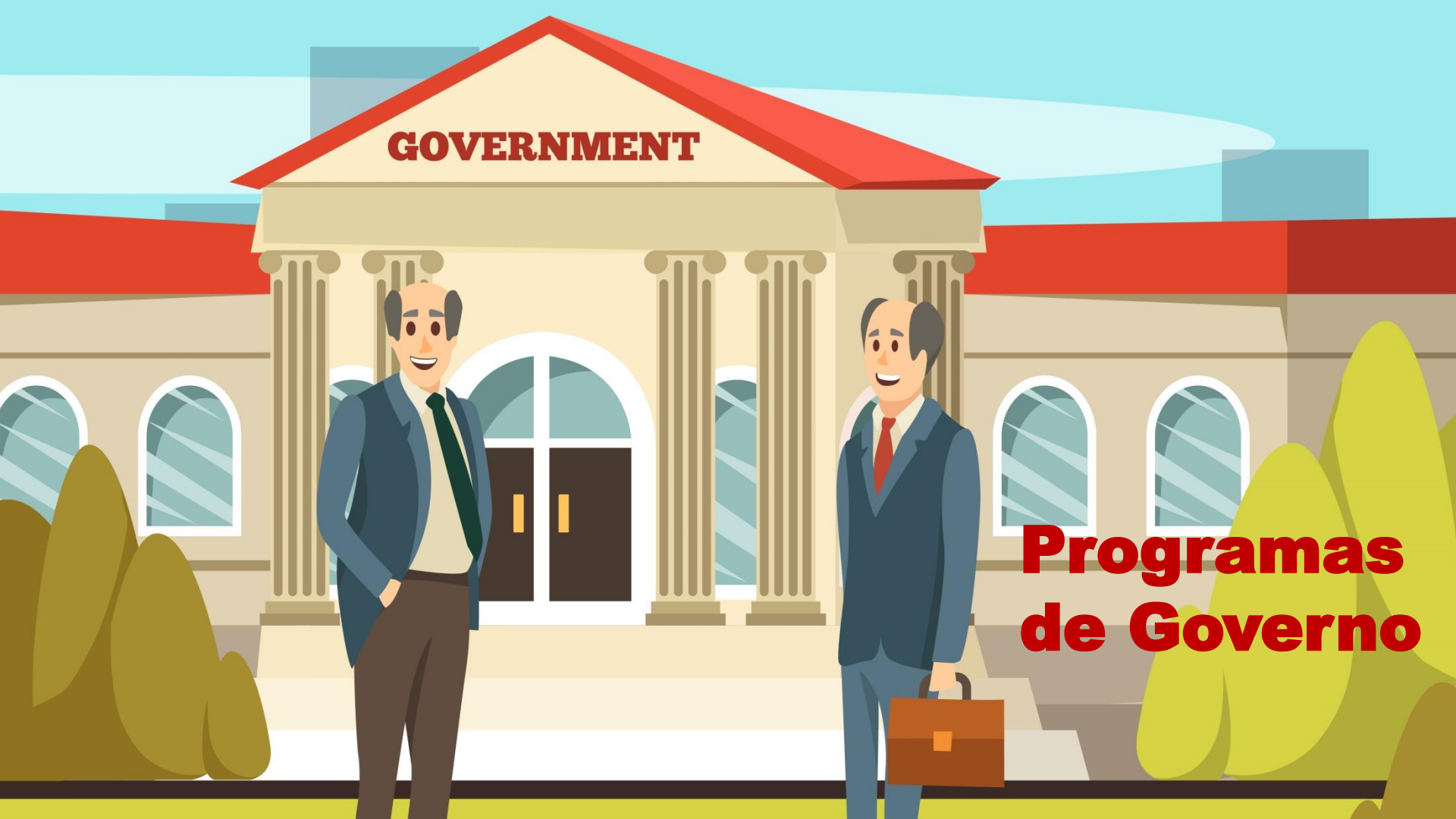
Era necessário reduzir a inflação sem conter indevidamente a demanda.



O crescimento do período 68-73
retomou e complementou o
processo de difusão da
produção e consumo de bens
duráveis, iniciado no Plano de
Metas.



Além de crescimento médio de 11% ao ano liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, por bens de capital.

An illustration of a government building with a red roof and the word "GOVERNMENT" on the pediment. Two men in suits stand in front of the building. The man on the left is smiling and has his hands in his pockets. The man on the right is also smiling and is holding a brown briefcase. The building has several columns and arched windows. There are green bushes in the foreground.

GOVERNMENT

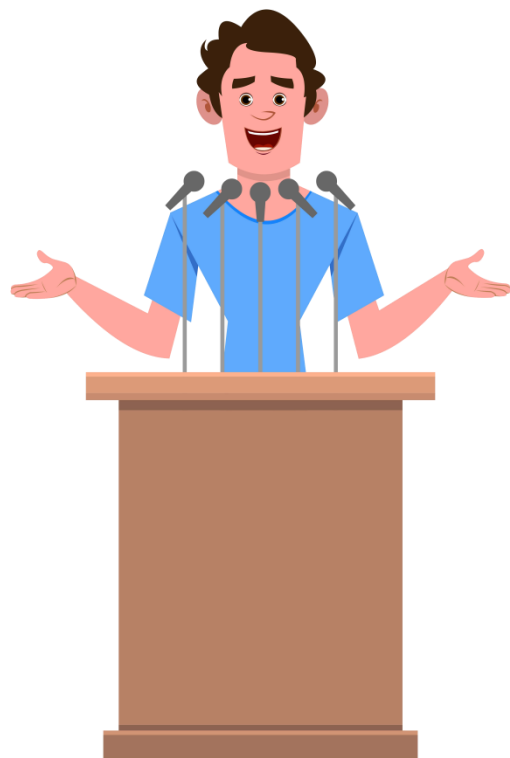
**Programas
de Governo**



O governo de Costa e Silva recebeu como herança o **Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social**, elaborado nos últimos dias do governo anterior pelo recém-criado Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea).

O Plano Decenal traçava um ***roteiro de desempenho*** para o período de 1967 a 1976, mas **não chegou a ser executado.**





O governo Costa e Silva tinha estratégias, que foram explicitadas nas “**Diretrizes de Governo**” e no resumo do PED – **Programa Estratégico de Desenvolvimento**, para o período de 1968-70.



**O PED estabelecia
as seguintes
prioridades:**

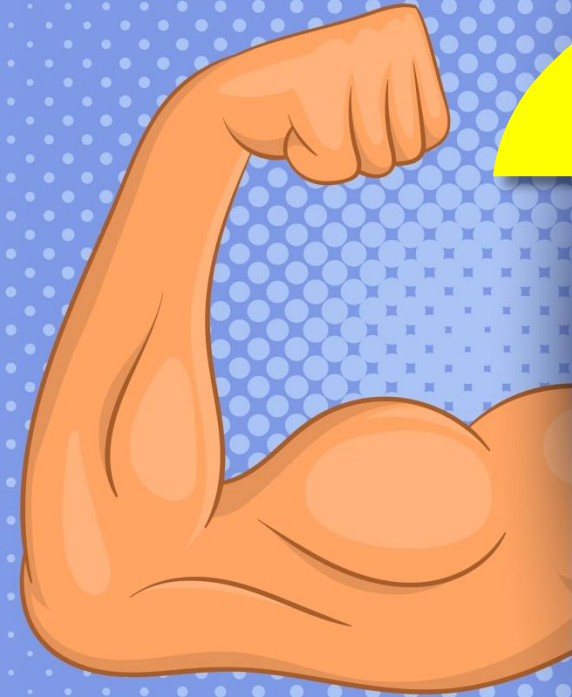
1

Estabilização **gradual** de preços, **sem a fixação de metas** explícitas de inflação.



2

**Fortalecimento da
empresa privada,** visando
à retomada dos
investimentos.



3

**Consolidação da
infraestrutura, a cargo do
governo.**



4

Ampliação do mercado interno,
visando a sustentação da demanda
de **bens de consumo,**
principalmente os **duráveis.**





**Já que não havia metas
explícitas de inflação no
PED,**

*tecnicamente, havia espaço para
políticas de crescimento.*

1968



Adoção da política de **minidesvalorizações cambiais** (crawling peg) , evitando que a inflação causasse uma defasagem cambial importante que viesse a prejudicar a balança comercial e, indiretamente, a atividade econômica.



Nós, o governo, **estamos determinados a não comprometer o ajuste fiscal** através da realização de investimentos públicos em infraestrutura.

E como fazer isso?



Nós aumentaremos a participação das
empresas estatais nesses
investimentos e **reduziremos a**
participação da administração direta.



Nós, o governo, conseguimos conciliar a **realização de novos investimentos públicos com a redução do déficit primário** (nesta época, não abrangia o resultado das estatais).

A partir de 1970, houve até superávits.



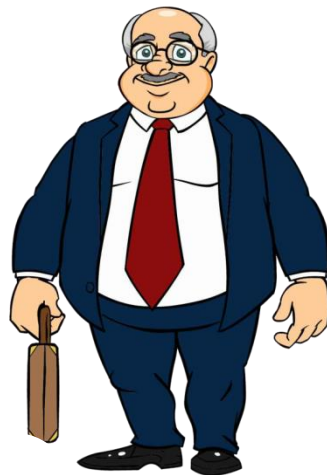
É que estas empresas tinham **melhores condições de auxiliar na implementação do PED**, porque, em geral, contavam com **outras fontes de financiamento** (empréstimos), que não os recursos orçamentários.

Com a morte de Costa e
Silva em 1969, houve breve
período de transição da
Junta Militar.





**Médici assume
a presidência**



**Delfim Netto
segue na
Fazenda**



**João Paulo dos Reis
Veloso torna-se
Ministro do
Planejamento**



O governo Médici manteve a **mesma orientação política** do governo Costa e Silva, quando este se afastou.



**No campo político, houve
nítida radicalização do
regime autoritário.**

Em resposta às **inúmeras manifestações contrárias ao regime militar desde 1964**, em dezembro de 1968, o governo Costa e Silva decretou o AI-5 (Ato Institucional nº 5).



AI-5

A close-up photograph of a human hand, palm facing down, crushing a crumpled piece of yellow and green paper. The hand is positioned in the center-left of the frame, with the fingers curled and the thumb pressing down. The background is a dark, textured surface.

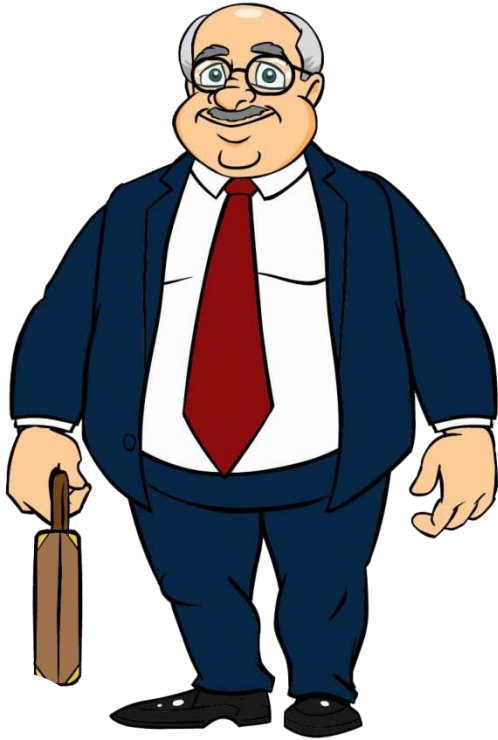
Suspendeu as garantias constitucionais, fechou o Congresso por tempo indeterminado e cassou mandatos de políticos opositores ao regime.

Neste ambiente político repressivo, a política anti-inflacionária baseada no **controle direto de preços e na contenção dos salários reais foi indiretamente favorecida.**





Política econômica durante o Milagre



A mudança de ênfase na política monetária e anti-inflacionária feita por **Delfim Netto** mais os **efeitos da reforma financeira**, que facilitou a expansão do crédito ao consumidor, **se refletiu na atividade econômica em 1968.**

1968

PIB cresceu

9,8%

(mais que o
dobro do
ano anterior)!



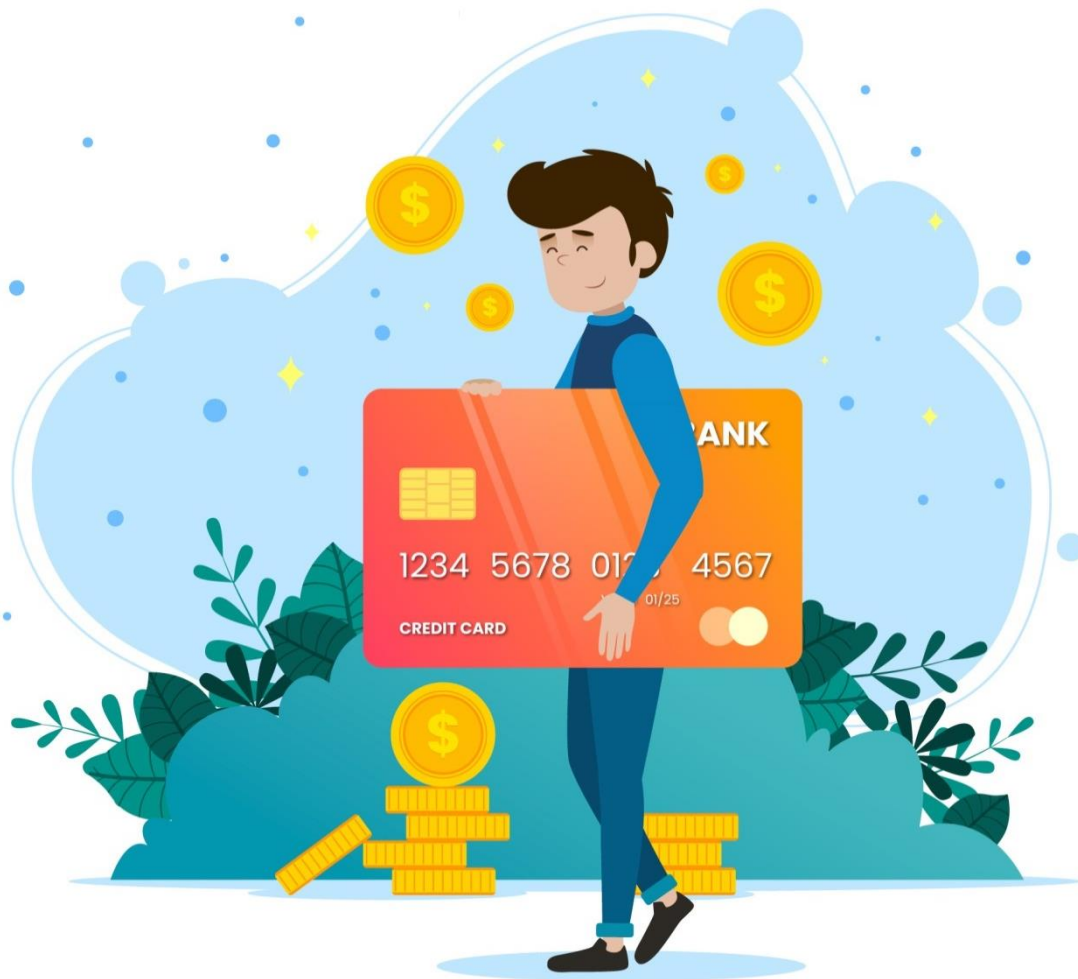
A fase do “milagre” foi claramente favorecida pela
política monetária.



Em termos reais, **os meios de pagamento cresceram** a uma taxa anual de 14% entre 1968-73.



O **crédito cresceu**
em termos reais,
em média 17% ao ano no
período (concentrado no
crédito ao setor privado).



Inflação

*Contenção da
tendência ao aumento*





Quatro fatores contribuíram para que a tendência ao aumento do nível geral de preços fosse controlada. Vejamos um a um!

1

**Capacidade ociosa da
economia**, graças ao fraco
crescimento do período anterior.



2

Controle direto
do governo
sobre os
preços
industriais e
juros.



3

**Política
salarial que
resultou em
queda dos
salários reais.**



4



Política agrícola que contribuiu para expandir a produção e evitar pressões inflacionárias no setor.



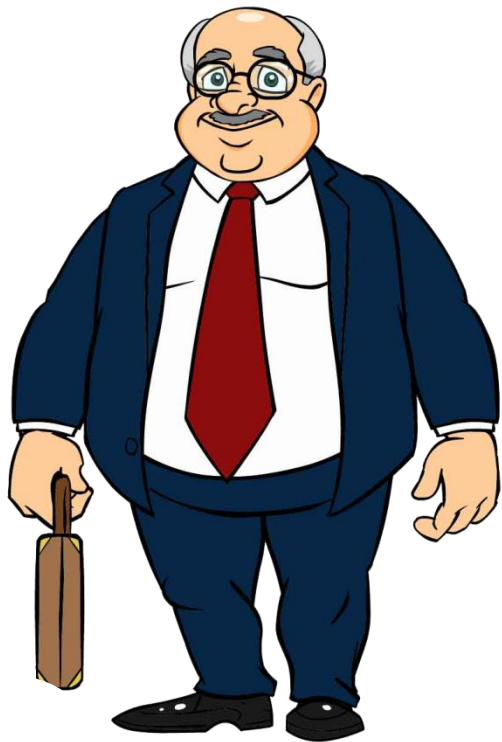
Como? Através de **financiamentos públicos subsidiados** e de isenções fiscais para a compra de fertilizantes e tratores.



Estes fatores atuaram diretamente
sobre os custos de produção!



A capacidade ociosa também agiu do **lado da demanda**. Como as empresas não precisavam repor capital fixo no começo, a decisão de investir em capital circulante era mais rápida.



**Essa aula ainda não acabou! Teremos
uma *parte B*. Até breve!**